
Oslo IV S.A.

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Oslo IV S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Oslo IV S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia



Oslo IV S.A.


de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 28 de março de 2024.


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SC000160/F-5

Leandro Sidney Camilo da Costa
Contador CRC 1SP236051/O-7

Oslo IV S.A.

Balancos patrimoniais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022		Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	6	3.677	Fornecedores	10	6.553	2.938
Contas a receber	6	1.410	-	Financiamentos	12	2.335	-
Tributos a recuperar		72	85	Partes relacionadas	11	990	946
Outros ativos	7	71	301	Tributos a recolher		662	188
Total do ativo circulante		1.559	4.063	Total do passivo circulante		10.540	4.072
Não circulante				Não circulante			
Aplicação financeira restrita	8	3.324	2.948	Financiamentos	12	128.549	124.135
Imobilizado	9	325.997	283.560	Provisão para remoção de imobilizado	9	2.229	2.229
Total do ativo não circulante		329.321	286.508	Total do passivo não circulante		130.778	126.364
				Total do passivo		141.318	130.436
				Patrimônio líquido			
				Capital social	13	163.483	163.483
				Prejuízo acumulado	13	(10.154)	(3.348)
				Total do patrimônio líquido		153.329	160.135
				Adiantamento para futuro aumento de capital		36.233	-
				Total do patrimônio líquido e AFAC	13	189.562	160.135
Total do ativo		330.880	290.571	Total do Passivo e Patrimônio líquido		330.880	290.571

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Oslo IV S.A.

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022
Receita operacional líquida	14	4.344	-
Custos			
Custo do fornecimento de energia elétrica	15	(6.545)	(1.094)
Prejuízo bruto		(2.201)	(1.094)
(Despesas) Receitas operacionais			
Gerais e administrativas	15	(2.671)	(1.846)
Outras (despesas) receitas	15	-	(10)
		(2.671)	(1.856)
Prejuízo antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro		(4.872)	(2.950)
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	16	436	4.120
Despesas financeiras	16	(2.124)	(69)
		(1.688)	4.051
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(6.560)	1.101
Imposto de renda e contribuição social		(246)	(1.377)
Prejuízo do exercício		(6.806)	(276)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Oslo IV S.A.

Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Prejuízo do exercício		<u>(6.806)</u>	<u>(276)</u>
Outros componentes do resultado abrangente, líquido de impostos			
Total do resultado abrangente do exercício		<u><u>(6.806)</u></u>	<u><u>(276)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Oslo IV S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital Social	Prejuízo acumulado	Total de Patrimônio Líquido	Adiantamento para aumento de capital	Total do patrimônio líquido e AFAC
Saldo em 01 de janeiro de 2022		62.745	(3.071)	59.674	34.793	94.467
Prejuízo do exercício		-	(276)	(276)	-	(276)
Aumento de capital		100.738	-	100.738	(34.793)	65.945
Outras movimentações em prejuízos acumulados		-	(1)	(1)		(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		163.483	(3.348)	160.135	-	160.135
Prejuízo do exercício		-	(6.806)	(6.806)	-	(6.806)
Adiantamento para futuro aumento de capital	13	-	-	-	36.233	36.233
Saldo em 31 de dezembro de 2023		163.483	(10.154)	153.329	36.233	189.562

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Oslo IV S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(6.560)	1.101
		<u>(6.560)</u>	<u>1.101</u>
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos tributos:			
Rendimento sobre aplicação financeira restrita	8	(376)	(284)
Encargos financeiros de financiamentos e empréstimos		1.850	-
		<u>1.474</u>	<u>(284)</u>
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber		(1.410)	-
Tributos a recuperar		13	(85)
Outras movimentações em ativos		230	480
Fornecedores		3.615	(1.344)
Tributos a recolher		474	(1.509)
Outras movimentações em passivos		-	(217)
		<u>2.922</u>	<u>(2.675)</u>
Caixa líquido (aplicado nas) pelas operações		<u>(2.164)</u>	<u>(1.858)</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(246)	(87)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		<u>(2.410)</u>	<u>(1.945)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aplicação financeira a longo prazo		-	(583)
Aquisição de bens do imobilizado	9	(36.310)	(138.492)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento		<u>(36.310)</u>	<u>(139.075)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aporte e Capital e AFACs recebidos	13	36.233	65.945
Captação de empréstimos e financiamentos		-	71.357
Partes relacionadas		44	946
Custos de empréstimos a apropriar	12	(1.228)	(1.254)
Caixa líquido proveniente (e aplicado) nas atividades de financiamento		<u>35.049</u>	<u>136.994</u>
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>(3.671)</u>	<u>(4.026)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	3.677	7.703
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	6	3.677
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>(3.671)</u>	<u>(4.026)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Oslo IV S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto

A Oslo IV S.A. (“Companhia” ou “Oslo IV”), constituída em 25 de novembro de 2019, é uma sociedade anônima de capital fechado de prazo indeterminado com sede e foro na cidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina, Rodovia José Carlos Daux, 5.500, Km 5, Sala 307, 3º andar, Pavimento Jurerê A, Saco Grande, onde são realizadas apenas atividades administrativas. A Companhia possui uma filial, destinada a ser o núcleo operacional, situada no município de Uibaí, Estado da Bahia, na Fazenda Nova Olinda, s/n, Zona Rural. A Companhia tem por objeto social a geração de energia elétrica, bem como o comércio atacadista da energia e a realização de serviços de apoio administrativo e é controlada pela Statkraft Energias Renováveis S.A. (Controladora).

A Companhia foi constituída, juntamente com outras nove companhias, para viabilizar o projeto oriundo do leilão de Energia Nova do tipo A-6 de 18 de outubro de 2019, onde a Controladora sagrou-se vencedora com os projetos eólicos Ventos de Santa Eugênia e Serra de Mangabeira. Ventos de Santa Eugênia assegurou a comercialização de 75,3 MW médios e Serra da Mangabeira teve 12,1 MW médios vendidos, com prazo contratual de 20 anos e início de suprimento em 1º de janeiro de 2025, conforme as diretrizes do Ministério de Minas e Energia (MME).

Além disso, três projetos eólicos pertencentes ao Complexo de Ventos de Santa Eugênia somando 96,9MW de capacidade instalada, negociaram a totalidade de sua energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL) e obtiveram suas outorgas publicadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Nesse sentido, o Complexo Eólico Ventos de Santa Eugênia e Serra da Mangabeira é composto por 14 usinas, totalizando 518,7 MW de capacidade instalada. A previsão orçamentária estima investimentos no montante de R\$ 2,7 bilhões para o projeto e a construção encontra-se alinhada com o cronograma estabelecido para execução das obras.

A Oslo IV possui dois parques eólicos um parque formado por seis aerogeradores e o outro formado por cinco aerogeradores, com capacidade instalada de 62,7 MW dos quais 22,8 MW entraram em fase operacional em 31 de dezembro de 2023. A construção foi iniciada em janeiro de 2021, sendo os recursos financeiros necessários à implementação do parque eólico supridos pela Controladora, mediante aportes de capital e recursos de terceiros captados via contratos de empréstimos com o BNB – Banco do Nordeste, conforme nota explicativa nº 12. Nesse período, o capital circulante da Companhia poderá apresentar variações e valor negativo, o que não representa, no entendimento da Companhia, risco de continuidade operacional. O parque possui previsão estimada para entrar em operação comercial em março de 2024.

Na participação do Leilão de Energia Nova do tipo A-6, a Companhia firmou contrato de venda de energia com contrapartes do segmento de distribuição, compreendendo um total de 5,8 MW médios comercializados no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) e com período de suprimento de abrangendo o período de 2025 a 2044. Durante sua fase pré-operacional, a Companhia reconheceu no decorrer de 2023 e 2022 energia gerada na fase de testes dos aerogeradores a qual foi liquidada pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

1.1. Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apurou capital circulante líquido negativo de R\$ 8.981 (R\$ 9 de capital circulante líquido positivo em 31 de dezembro de 2022), sobretudo em decorrência das parcelas circulantes de financiamentos, as quais contemplam o período de 12 meses. A Administração da Companhia entende que os aportes de capital recebidos gerarão caixa suficiente para fazer frente às suas obrigações durante a fase pré-operacional.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações, as quais estão correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 28 de março de 2024.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda principal do ambiente econômico de operação da Companhia, sendo o real sua moeda funcional e de apresentação. Dessa forma, as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4. Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber decorrentes da venda de energia elétrica no mercado de curto prazo conforme mecanismo estabelecido pela CCEE. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD"), se aplicável.

2.5. Outros ativos circulantes

São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

2.6. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo de construção, incluindo os encargos financeiros incorridos na fase de construção das usinas decorrentes do financiamento contratado, deduzido da sua depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos líquidos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo em separado, conforme apropriado, somente quando provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

2.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.8. Financiamentos

Os financiamentos tomados são reconhecidos contabilmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo, líquido dos pagamentos realizados, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*). Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de financiamentos e debêntures que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.9. Provisões, ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

As provisões para desmobilização de ativos, recuperação ambiental e ações judiciais (trabalhista, civil ou tributária), são reconhecidas quando:

- (i) O grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos;
- (ii) É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e

(iii) O valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira a partir do início da operação.

2.10. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. As despesas de imposto de renda e contribuição social do final do exercício compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do exercício que está sendo reportado. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.11. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

2.12. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

- CPC 26 (R1) (IAS 1) – “Apresentação das Demonstrações Contábeis”: Em janeiro de 2020, as alterações emitidas pelo IASB especificaram os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. Tais especificações determinaram que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.
- CPC 26 (R1) (IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) – “Divulgação de políticas contábeis”: Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações

definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil.

- CPC 23 (IAS 8) – “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.
- CPC 32 (IAS 12) – “Tributos sobre o Lucro”: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais.

A Companhia avalia as alterações que tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras. Não há outras normas ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência da Administração e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas contábeis das demonstrações financeiras anuais. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem grau elevado de julgamento e complexidade, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas abaixo.

a) Custos de desmobilização dos parques eólicos

As principais atividades a serem concluídas no processo de desmontagem são a remoção de: (i) pás; (ii) eixo; (iii) motor; (iv) seções de torre de aço; e (v) painéis elétricos e outros. Devido à falta de custos históricos de desmobilização no mercado (o segmento eólico no Brasil é bastante novo), bem como da própria empresa, foi necessário considerar os custos dos serviços de instalação para avaliar o custo do desmantelamento de usinas eólicas. Para o custo de montagem de um parque eólico foi considerado o custo de mobilização de guindaste e mão de obra, além do custo diário para executar o serviço. O valor de reconhecimento foi baseado no custo de desmobilização apurado por aerogerador, descontado pela taxa do custo médio de capital

atribuída a Companhia e submetido ao percentual de conclusão do andamento físico das obras para o referido período.

b) Vida útil do ativo imobilizado

O Grupo estima a vida útil do ativo imobilizado das usinas hídricas utilizando as taxas de depreciação que representam o valor residual do imobilizado ao fim da concessão, de acordo com as taxas de depreciação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em função do entendimento da Administração da Companhia no sentido de haver direito à indenização dos valores residuais ao final da concessão/autorização. Caso haja alteração no cenário regulatório ou à medida que fatos novos relacionados ao tema ocorram, referidas taxas poderão ser revistas, para refletir a adequada vida útil econômica dos bens integrantes do ativo imobilizado. Anualmente, o grupo avalia se há indícios de mudança da vida útil técnica esperada para os grupos de ativos, e a cada três anos é formalizado um novo estudo técnico, independentemente da existência de evidências de mudança da expectativa adotada de vida útil.

4. Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das empresas para oferecer retorno aos seus acionistas e outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal, adequada para tal fim.

A relação dívida líquida / patrimônio líquido pode ser verificada conforme segue:

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Total dos financiamentos	130.884	124.135
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(6)	(3.677)
(-) Aplicação financeira restrita	(3.324)	(2.948)
Dívida líquida	<u>127.554</u>	<u>117.510</u>
Total do patrimônio líquido	<u><u>153.329</u></u>	<u><u>160.135</u></u>
Índice de alavancagem financeira - %	<u>83,19%</u>	<u>73,38%</u>

5. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa assim representado:

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Contas bancárias em moeda funcional	6	8
Aplicações financeiras com liquidez imediata	-	3.669
Total de caixa e equivalente de caixa	<u><u>6</u></u>	<u><u>3.677</u></u>

6. Contas a receber

O saldo de contas a receber representado pelo montante de R\$ 1.410 é composto integralmente pela venda de energia no mercado de curto prazo, não apresenta risco de perda.

7. Outros ativos

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Despesas antecipadas com seguros	71	301
	<u>71</u>	<u>301</u>
Apresentados como:		
Ativo circulante	71	301

8. Aplicação financeira restrita

Por força dos contratos de financiamentos firmados com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) para o custeio das obras, a Companhia deve manter saldos em conta corrente remunerada, ou de aplicação financeira, denominada “conta reserva”, que visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o banco. As aplicações financeiras restritas são constituídas de forma prévia baseadas na taxa média de 2,26% sobre o valor desembolsado até o referido período e limitado a um valor fixo determinado e mantido por todo o prazo do financiamento. A rentabilidade está referenciada no CDI. As movimentações das aplicações financeiras restritas do ativo não circulante podem ser assim demonstradas:

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Saldo Inicial do período	2.948	2.082
Aplicação	-	583
Rendimentos líquidos de impostos	376	284
Saldo final do período	<u>3.324</u>	<u>2.948</u>
Apresentadas como:		
Ativo não circulante	3.324	2.948

9. Imobilizado

	Imobilizados em curso ¹	Máquinas e Equipamentos	Linhas de transmissão	Aerogeradores	Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	Outros ativos	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2022	142.096	-	-	-	-	-	142.096
Adições	138.492	-	-	-	-	-	138.492
Juros capitalizados no exercício	6.830	-	-	-	-	-	6.830
Remensuração provisão para descomissionamento	-3.858	-	-	-	-	-	-3.858
Saldo em 31 de dezembro de 2022	283.560	-	-	-	-	-	283.560
Adições	34.465	-	-	-	-	-	34.465
Juros capitalizados no exercício	7.972	-	-	-	-	-	7.972
Transferência	-155.022	6.253	16.046	109.943	22756	24	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	170.975	6.253	16.046	109.943	22.756	24	325.997

¹ Saldo composto substancialmente por turbinas eólicas, subestações, obras civis e juros capitalizados.

a) Juros capitalizados

Os custos do financiamento diretamente relacionados com a construção da usina são capitalizados como custo do ativo e compõe parte do saldo do imobilizado em curso. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo acumulados dos juros capitalizados é de R\$ 16.852 (R\$ 8.880 em 31 de dezembro de 2022).

b) Custo de remoção de imobilizado

Os gastos de desmobilização foram mensurados com base em estimativas são compostos a partir de informações disponíveis para o custo de desmontagem dos equipamentos e obras civis, inflacionados e descontados à taxa média de custo de capital de cada empreendimento. A provisão de desmobilização dos parques eólicos é parte do custo de imobilizado em curso, sendo constituída de acordo com o andamento da obra ao imobilizado em andamento, totalizando uma provisão para remoção no valor de R\$2.229 em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

10. Fornecedores

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Fornecedores de materiais e serviços	6.455	2.938
Mercado de curto prazo a pagar	99	-
Total de Fornecedores	<u>6.553</u>	<u>2.938</u>
Apresentadas como:		
Passivo Circulante	6.553	2.938

11. Partes relacionadas

As operações são prestadas em condições específicas acordadas entre as partes. Os saldos patrimoniais são assim demonstrados:

		<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Passivo circulante			
Partes relacionadas			
Statkraft Energias Renováveis S.A.	(i)	51	-
Oslo III S.A.	(i)	175	946
Statkraft AS	(i)	708	-
Statkraft Energi AS	(i)	<u>56</u>	<u>-</u>
	(i)	<u>990</u>	<u>946</u>

(i) Saldos a receber/pagar pela contratação de serviços compartilhados e serviços de O&M (operação e manutenção).

A seguir, as transações ocorridas no resultado no exercício de 31 de dezembro de 2022 e 2023:

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Custo com serviço de partes relacionadas		
Statkraft Energias Renováveis S.A.	(773)	-
	<u>(773)</u>	<u>-</u>
Despesas gerais e administrativas:		
Statkraft Energias Renováveis S.A.	(117)	-
Oslo III S.A.	(193)	-
	<u>(310)</u>	<u>-</u>

11.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia não efetuou pagamento a título de remuneração aos Administradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

12. Financiamentos

Para suportar a fase de construção do projeto eólico, a Companhia celebrou contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste (BNB) no montante de R\$ 126.980. O contrato possui carência de 3 anos com juros capitalizados, prazo para pagamento de 24 anos e cláusula de desembolso. O custo médio dessa captação é de 1,3004% a.a. adicionado ao IPCA. O financiamento prevê recebimento no sistema de desembolso conforme atingimento das condições precedentes previstas em contrato e não possui covenants financeiros. O contrato de financiamento determina a apresentação de fiança bancária em favor do banco previamente ao desembolso a cada liberação de recursos do crédito e, depois que o empreendimento entrar em operação, prevê a possibilidade de a Companhia pleitear a baixa das fianças em substituição a outras garantias reais.

A movimentação do financiamento pode ser assim demonstrada:

Saldo em 01 de janeiro de 2022	47.202
Captação de financiamentos	71.357
Custos e encargos a apropriar	(1.254)
Juros capitalizados	6.830
Saldo em 31 de dezembro de 2022	124.135
Custos e encargos a apropriar	(1.228)
Custos e encargos financeiros apropriados ao resultado	5
Juros capitalizados	7.972
Saldo em 31 de dezembro de 2023	130.884
Apresentadas como:	
Ativo circulante	2.335
Ativo não circulante	128.549

Abaixo é apresentado o fluxo de vencimento das parcelas apresentadas no longo prazo:

Em 31 de dezembro de 2023	2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
Financiamento de obras - Banco do Nordeste do Brasil S.A.	2.851	3.600	3.845	4.048	114.207	128.549
Total	2.851	3.600	3.845	4.048	114.207	128.549

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social, subscrito e integralizado está representado pelo montante de R\$163.483 (R\$163.483 em 31 de dezembro de 2022) e por 163.483.000 ações ordinárias nominativas (163.483.000 ações em 31 de dezembro de 2022), sem valor nominal, detidas em sua totalidade pela sua controladora Statkraft Energias Renováveis S.A.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital

No decorrer do exercício, a companhia recebeu o total de R\$ 36.233 em forma de adiantamento para futuro aumento de capital da sua controladora Statkraft Energias Renováveis S.A.

14. Receita líquida

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Transações no mercado de curto prazo	3.823	-
Ambiente de Contratação Livre	728	-
PIS	(37)	-
COFINS	(170)	-
	<u>4.344</u>	<u>-</u>

15. Custos e despesas

a) Custos do fornecimento de energia

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Compra de energia elétrica no mercado de curto prazo	(99)	-
Encargos setoriais ¹	(3.973)	(950)
Salários e encargos sociais	-	(144)
Seguros fianças e comissões	(1.300)	-
Serviços de terceiros	(1.173)	-
	<u>(6.545)</u>	<u>(1.094)</u>

¹ Os custos com encargos setoriais têm origem na cobrança de TUST – Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica e TUSD – Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição necessárias para operação da usina, com início de pagamento no segundo semestre de 2022.

b) Despesas gerais e administrativas

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Salários e encargos sociais	(131)	(32)
Encargos setoriais	(3)	-
Impostos e taxas	(645)	(4)
Seguros	-	(479)
Materiais	(40)	(93)
Serviços de terceiros	(1.563)	(1.058)
Propaganda e publicidade	(2)	(6)
Viagens e estadias	(11)	(51)
Estudos em desenvolvimento	-	(25)
Serviços de partes relacionadas	(77)	-
Participação nos Resultados	-	(2)
Aluguel	(2)	-

Outros	(197)	(96)
	(2.671)	(1.846)

16. Resultado financeiro

Receitas financeiras	31.12.2023	31.12.2022
Rendimentos de aplicações financeiras	436	4.109
Variação cambial ativa	-	11
	436	4.120
Despesas financeiras	31.12.2023	31.12.2022
Tarifas bancárias	-	(1)
Financiamentos	(2.039)	-
Outras despesas financeiras	(25)	(8)
Variação cambial passiva	(53)	-
IOF, multas e juros sobre tributos	(7)	(60)
	(2.124)	(69)
	(1.688)	4.051

17. Imposto de renda e contribuição social

Para fins de apuração a empresa optou pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidentes sobre o resultado tributável. A apuração de IRPJ e CSLL pode ser assim apresentada:

Imposto de Renda	31.12.2023	31.12.2022
Base de cálculo presumido	3.259	-
Presunção do lucro tributável - %	8%	8%
IRPJ no resultado	261	-
Outras receitas	421	4.120
Base de Cálculo	682	4.120
Alíquotas aplicáveis - %	25%	25%
Total	(170)	(1.030)
Outros efeito em tributos	(17)	-
Dedução adicional IRPJ	24	24
IRPJ no resultado	(163)	(1.006)
Contribuição Social	31.12.2023	31.12.2022

Base de cálculo presumido	3.259	-
Presunção do lucro tributável - %	12%	12%
CSLL no resultado	391	-
Outras receitas	421	4.120
Base de Cálculo	812	4.120
Alíquotas aplicáveis - %	9%	9%
Total	(73)	(371)
Outros efeitos em tributos	(10)	-
CSLL no resultado	(83)	(371)

18. Seguros

A Companhia possui seguro de risco de engenharia e responsabilidade civil sobre as obras em apólice conjunta com as demais empresas do projeto Ventos de Santa Eugênia. A cobertura do seguro compreende o reembolso dos dispêndios incorridos na reparação de danos sobre atividades em conexão com o desenho, construção, instalação, montagem e/ou comissionamento, testes e todos os demais serviços relativos ao projeto. A apólice tem vigência de 1 de janeiro de 2021 a 31 de janeiro de 2024.

19. Instrumentos financeiros

19.1 Instrumentos financeiros por categoria

	31.12.2023	31.12.2022
Ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	3.330	3.677
Aplicação financeira restrita	3.324	2.948
	6.654	6.625
Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado		
Contas a receber	1.410	-
	1.410	-
Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado		
Fornecedores	6.553	2.938
Financiamentos	130.884	124.135
	137.437	127.073

19.2 Fatores de risco financeiro

A gestão de risco é realizada pela tesouraria do Grupo Statkraft, segundo ainda as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração de sua controlada Statkraft Energias Renováveis S.A. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global

bem como para áreas específicas como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos, e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de vencimento antecipado do financiamento

Risco proveniente do descumprimento de cláusula contratual restritiva, presente no contrato de financiamento a qual, em geral, requer a manutenção das condições precedentes previstas em contrato. A Administração monitora regularmente estas condições precedentes, com o objetivo de tomar as ações necessárias para garantir que os contratos de financiamentos não tenham seu vencimento antecipado.

b) Análise de sensibilidade

A seguir, quadro ilustrativo da análise de sensibilidade (fator de risco para mudança na taxa de juros) dos instrumentos financeiros, que descreve os efeitos sobre as variações monetárias, bem como sobre as despesas financeiras apuradas sobre o cenário projetado para 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, caso tais variações nos componentes dos riscos identificados ocorressem. Simplificações financeiras foram efetuadas no isolamento da variabilidade do fator de risco em análise. Como consequência, as estimativas apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser apurados nas próximas demonstrações financeiras. O uso de diferentes hipóteses e/ou metodologias pode gerar um efeito material sobre as estimativas apresentadas a seguir.

Fator de risco CDI	Valores expostos em 2023	Valores expostos em 2022	-50%	-25%	Cenário provável	+25%	+50%
Aplicações financeiras	-	3.669	-	-	-	-	-
Aplicações financeiras restritas	3.324	2.948	194	290	387	484	581
Impacto líquido	3.324	6.617	194	290	387	484	581
Taxas consideradas - % ao ano	11,650%	13,750%	5,825%	8,738%	11,650%	14,563%	17,475%
Fator de risco IPCA	Valores expostos em 2023	Valores expostos em 2022	-50%	-25%	Cenário provável	+25%	+50%
Empréstimos e financiamentos	(130.884)	(124.135)	(3.023)	(4.535)	(6.047)	(7.559)	(9.070)
Impacto líquido	(130.884)	(124.135)	(3.023)	(4.535)	(6.047)	(7.559)	(9.070)
Taxas consideradas - % ao ano	4,620%	5,790%	2,310%	3,465%	4,620%	5,775%	6,930%

Metodologia utilizada

A partir dos saldos dos valores expostos, conforme demonstrado na tabela a seguir e assumindo que eles se mantenham constantes, apurou-se o diferencial de juros para cada um dos cenários projetados. Na avaliação dos valores expostos ao risco de taxa de juros, consideramos apenas os riscos para as informações financeiras, ou seja, foram isolados e excluídos os fatores de juros prefixados por não apresentarem riscos às demonstrações financeiras do exercício por conta de variações nos cenários econômicos. O cenário provável está baseado nas expectativas da Companhia, que por sua vez estão em linha com as projeções demonstradas no relatório Focus,

na data de 29 de dezembro de 2023, para cada uma das variáveis indicadas. Adicionalmente, as variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas projetadas para 29 de dezembro de 2023.

20. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. Os valores avaliados com risco possível de desembolso, não tem provisão contábil, sendo apenas mencionados em nota explicativa. A Companhia não identificou perdas com riscos prováveis fins de provisão no exercício de 2023.

21. Transações não envolvendo caixa

Durante o exercício de 2023, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento não envolvendo caixa, não estando, portanto, refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

- a) Foi reconhecido o montante de R\$ 7.972 no ativo imobilizado referente a juros capitalizados sobre os financiamentos vinculados à construção da usina, com contrapartida na rubrica de financiamentos do passivo circulante.

22. Eventos subsequentes

Durante o primeiro trimestre de 2024, mediante deliberação via Resoluções Autorizativas da ANEEL, a companhia iniciou a operação comercial de 7 unidades geradoras somando o total de 39,9 MW, entrando, assim, 100% em operação comercial.
